

Dentro da COP11

Com o crescente foco da COP11 em questões relacionadas com resíduos e filtros, as discussões estão cada vez mais a mudar para o Artigo 18 (Proteção do ambiente e da saúde das pessoas) e para o Artigo 19 (Responsabilidade).

Siga um documento recente da CQCT que informa as decisões oficiais:

Opções regulatórias para prevenir danos ambientais e poluição ao longo do ciclo de vida dos produtos do tabaco

[Ler Relatório](#)



ITGA e UNITAB unem-se para enfrentar os desafios do setor do tabaco

Fora da COP11

Os Presidentes da ITGA e da UNITAB EUROPA fazem uma declaração conjunta durante a COP11

Apesar da relevância dos temas abordados na COP11, que têm implicações económicas, sociais e laborais significativas para as comunidades rurais, os representantes dos agricultores não tiveram o direito de intervir. Essa exclusão limita a inclusão do processo e restringe a possibilidade de garantir um debate equilibrado e baseado em evidências que reflita as perspetivas de todas as partes interessadas.

De acordo com o Sr. Masiello e o Sr. Aranda, a COP deve servir como uma plataforma para a cooperação internacional construtiva, capaz de conciliar os objetivos de saúde pública com a proteção das economias agrícolas, a promoção da inovação e a busca pela sustentabilidade. Eles enfatizaram a importância de evitar abordagens excessivamente ideológicas ou medidas que desconsiderem as estruturas regulatórias existentes.

«A UNITAB EUROPA e a ITGA continuarão a representar os agricultores com responsabilidade, transparência e determinação», concluíram o Presidente Masiello e o Presidente Aranda, «para garantir que as decisões tomadas a nível internacional tenham devidamente em conta as necessidades e a dignidade dos trabalhadores agrícolas, a sustentabilidade das nossas cadeias de abastecimento e a coesão socioeconómica dos nossos territórios rurais».

[Ler Comunicado de Imprensa Completo](#)



Os presidentes da ITGA, José Javier Aranda, e da Unitab, Gennarino Masiello, em frente à COP11

Destaques do dia

- A Delegação das Filipinas foi elogiada por resistir às propostas da COP11 que afetavam os agricultores

[Ler a História](#)

- O Brasil propõe o fim do apoio ao cultivo do tabaco num projeto a ser discutido na Cop11

Pontos-chave do presidente da ITGA, José Javier Aranda: Em tempos, a UE apoiava os produtores de tabaco, mas hoje em dia apenas alguns países continuam a prestar uma ajuda significativa..

- "O que eu continuo a dizer, e isso deve ser reiterado até à exaustão, é como é inacreditável que o maior exportador e segundo maior produtor mundial de tabaco esteja sob o maior ataque dentro do seu próprio governo, propondo as medidas mais radicais nessas reuniões da COP. Eu simplesmente não consigo entender isso."

[Ver Artigo Traduzido](#)

- Legisladores brasileiros realizam sua terceira reunião com diplomatas brasileiros em Genebra

[Ler Comunicado](#)

- A COP11 entra na reta final das discussões, e o foco continua sendo a proposta de proibir os filtros dos cigarros

[Ler Artigo](#)

20.º Aniversário da CQCT da OMS

Reflexões sobre os procedimentos da COP da CQCT da OMS e a interpretação do artigo 5.3

Nas últimas reuniões da Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro da OMS para o Controlo do Tabaco ("CQCT"), as preocupações com a transparência, a equidade processual e a interpretação do Artigo 5.3 aumentaram significativamente. Surgiu um padrão em que as regras adotadas pelas próprias Partes são aplicadas de forma inconsistente, a participação é cada vez mais restrita e o ambiente de tomada de decisões tornou-se progressivamente mais opaco..

Uso indevido e interpretação errada do Artigo 5.3

O Artigo 5.3 foi originalmente elaborado para orientar as Partes na formulação e implementação de políticas nacionais de controlo do tabaco dentro das suas próprias jurisdições. Nunca teve a intenção de regulamentar as interações nas negociações internacionais ou ditar quem pode estar presente nas discussões da COP. Apesar disso, o artigo tem sido cada vez mais invocado para justificar a exclusão de partes interessadas cujas perspetivas diferem das endossadas pelo Secretariado ou por ONGs antitabaco.

A análise jurídica de um escritório de advocacia sobre esta questão destacou vários pontos-chave:

O artigo 5.3 aplica-se à elaboração de políticas nacionais, não às deliberações que ocorrem «no plano internacional».

Regra 32 da CQCT da OMS [Regulamento Interno](#), adotada por consenso, afirma claramente que as sessões públicas da COP devem ser abertas ao público, com os observadores autorizados a falar, mas sem direito a voto.

As decisões da COP4 de encerrar as sessões públicas tinham pouca base jurídica, e muitas Partes opuseram-se abertamente à medida.

Apesar disso, **as COPs subsequentes continuaram com a prática**, muitas vezes sem qualquer explicação.



O ex-presidente da ITGA, Roger Quarles, entregando 238.000 assinaturas ao chefe do Secretariado da CQCT da OMS em 2010.

20.º Aniversário da CQCT da OMS

Questões Processuais na COP4 e na COP5

Na COP5, a exclusão do público dos procedimentos foi simplesmente anunciada sem justificação. Esta prática contradiz diretamente a **Regra 32**, que não tem sido respeitada desde a COP4.

De acordo com os **princípios internacionalmente reconhecidos de boa governação**, a transparência e o acesso à informação são componentes fundamentais de um comportamento institucional responsável. O encerramento contínuo das sessões e o acesso seletivo concedido aos observadores e à comunicação social estão em contradição com estas normas..

Contraste Histórico: As Primeiras Negociações Foram Abertas

Vale a pena lembrar que a primeira sessão do Órgão Intergovernamental de Negociação (INB) para a CQCT começou com uma audiência pública envolvendo a comunidade de saúde pública, a indústria do tabaco e grupos de produtores de tabaco. Essa abordagem inclusiva garantiu que todas as partes interessadas relevantes pudessem apresentar as suas opiniões. Continua a ser o único momento na história da CQCT em que os principais representantes do setor do tabaco foram ouvidos de forma oficial e significativa.

Um ponto de viragem para os procedimentos da COP?

O contínuo estreitamento da participação e a dependência de interpretações restritivas do Artigo 5.3 sugerem que o processo da COP pode ter atingido um ponto crítico. Sem esclarecimentos, a lógica por trás dessas exclusões torna-se cada vez mais difícil de discernir. Questões fundamentais permanecem sem resposta:

- O que significa realmente o artigo 5.3 no contexto dos procedimentos da COP?
- Com base em que critérios os indivíduos, organizações ou mesmo meios de comunicação são incluídos ou excluídos?
- Quem decide — e de acordo com que critérios transparentes?

Pressão sobre as Delegações e o Fenómeno do «Cinzeiro Sujo»

Outra preocupação é a pressão exercida sobre as delegações governamentais cujas posições não se alinham com as promovidas pelo Secretariado ou pelas ONGs de apoio. Esse ambiente deu origem ao agora infame prémio «cinzeiro sujo», uma forma de humilhação pública destinada a sinalizar a desaprovação das posições de certas delegações. Para aqueles que ainda questionam a realidade dessas práticas, vale a pena repetir: isso está a acontecer no âmbito de um órgão de tratado das Nações Unidas.